

Por uma sociologia do campesinado indígena no Brasil

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

As populações indígenas do território brasileiro têm sido classificadas genericamente como “grupos silvícolas”, definidos como pertencentes ao tipo clássico de grupos primitivos, praticantes da caça, da pesca e de uma agricultura extremamente rudimentar. Tal definição se encontra em documentos do Bureau International du Travail¹ e se apoia em sistematizações etnológicas como a conhecida tipologia de Steward para as culturas indígenas da América do Sul.² Outras características sociais e culturais desses silvícolas referem-se às situações típicas dos grupos tribais anteriores ao contato interétnico, significando isso que a realidade da mundança sócio-cultural não chegou a constituir critério utilizado para a construção tipológica. As regiões que abrigam essas populações silvícolas seriam aquelas geográfica e ecológicamente identificadas como de florestas “tropical” ou “equatorial”, situadas no norte do País e em sua faixa litoral oceânica. Fora dessas áreas, o tipo “marginal” de Steward procura dar conta de grupos tribais ainda mais rústicos, sobretudo do ponto de vista econômico, voltados para a caça e a coleta e inseridos em sua quase totalidade nas regiões de savana.³ O termo marginal é aqui aplicado para identificar aquelas culturas indígenas que não podem ser classificadas como de “floresta tropical”; o conceito tem assim um caráter residual, abrangendo uma pluralidade de sistemas culturais que, sob outro critério taxonômico, não caberiam numa única classe. E quando se considera os efeitos da situação de contato na configuração dos sistemas sócio-culturais, a classificação se complica bastante. A O.I.T., através daquele documento, descartou-se desse último conceito, usando o termo marginal para mencionar os grupos que “perderam os caracteres culturais e tribais que lhes eram tradicionais sem poderem todavia se assimilar à coletividade rural, tiveram de se empregar nas diversas atividades (‘plantations’, trabalhos agrícolas sazonais) e parti-

cipam frequentemente na coleta do caucho”.⁴ Essas populações marginalizadas —no sentido da O.I.T.—, somadas a uma parte expressiva dos grupos indígenas assistidos pela Fundação Nacional do Índio⁵ constituem um conjunto de remanescentes tribais cujo estudo muito poderá esclarecer sobre o campesinado indígena no Brasil. Em primeiro lugar, sobre a existência mesma desse campesinado. Em segundo, sobre sua natureza, valendo-se para tanto dos recursos da investigação comparativa. E o que a meu ver vem dificultando, senão impedindo, tal ordem de estudo é o que ousou chamar de preconceito etnológico, a saber a concepção firmada sobre as culturas tribais “puras”, não tocadas pelo contato interétnico.

O estudo das relações entre os núcleos indígenas e a população nacional circundante vem sendo modernamente desenvolvido no Brasil segundo pelo menos duas perspectivas: operacionalizando-se ou a noção de aculturação⁶ ou a de fricção interétnica.⁷ O emprêgo da noção de aculturação privilegia a cultura como foco de investigação enquanto a de fricção interétnica toma o sistema de relações sociais como objeto principal de análise, com a intenção de construir modelos de sistemas interétnicos. É a partir desses últimos trabalhos, voltados para os aspectos mais sociológicos do contato interétnico, que a presença de um campesinado indígena vem se colocando como uma questão do maior interesse. O preconceito etnológico que se mencionou atrás é anulado diante do acúmulo de evidências proporcionadas por investigações que mostram as sociedades indígenas como “sociedades parciais” (ou “part societies”, na aceção de Kroeber e de Redfield), isto, como *partes* de um *todo* chamado sociedade nacional. Se bem que nem todos os grupos indígenas podem ser classificados como integrados à sociedade nacional, não sendo portanto parte do todo maior, um conjunto expressivo deles (78,2%)⁸ não poderá ser estudado sem se considerar sistematicamente a presença da sociedade nacional e de seus segmentos regionais.

Mas o preconceito que cerca os estudos sobre o campesinado indígena no Brasil não é devido apenas a essa sorte de prevenção etnológica; observa-se também uma grande dose de prevenção ideológica, que chega a negar a existência de um campesinado no Brasil, não somente indígena, mas “caboclo”, isto é, do alienígena europeu implantado no país pela migração, ou do mestiço brasileiro surgido do caldeamento racial secular. A figura do camponês —que alguns jovens antropólogos brasileiros buscam deslindar sua natureza e a estrutura do sistema social que o engendrou—⁹ tem sido muitas vezes camuflada nos trabalhos científicos pelas implicações políticas que acarreta ou pelo fato de seu uso pouco contribuir para a compreensão e explicação do mundo rural, pobre,¹⁰ da sociedade brasileira. Ao lado da reavaliação que se pro-

cessa da noção de camponês, como capaz de ser instrumentalizada para o conhecimento do Brasil rural, o estudo do indígena como um tipo particular de camponês impõe-se como um teste indispensável à teoria do campesinado na América.

Os dois tipos identificados por Wolf¹¹ de comunidades campesinas na América Latina representam aproximações razoáveis do campesinado brasileiro: se o tipo de comunidade “aberta”, possuidora de alto índice de ostentação e de uma pluralidade de sub-culturas retrata esquematicamente o camponês não-indígena, parece que o tipo de comunidade “fechada”, corporativa e organizada nos termos de uma única sub-cultura expressa, grosso modo, um setor ponderável dos grupos indígenas remanescentes. Todavia, êste último tipo Wolf aponta como ocorrência nos altiplanos da América Latina, enquanto o primeiro tipo ocorreria nas planícies úmidas e terras tropicais. Verifica-se aí, mais uma vez, que o preconceito etnológico, responsável pela ausência do camponês indígena brasileiro na literatura especializada, alcançou por vias transversas o exame de Wolf do campesinado latinoamericano, prejudicando seu conhecimento da realidade brasileira. Não obstante, as características inerentes ao segundo tipo permitem-nos identificar talvez um tipo geral de comunidade campesina indígena no Brasil. Nesse sentido a tipologia wolfiana é mais fecunda ao nosso estudo do que a construída por Kalervo Oberg¹² precisamente para classificar as modalidades de ser camponês no Brasil.

Segundo Oberg, têm lugar no Brasil quatro tipos de estabelecimentos agrícolas: 1) a “plantation”, 2) a fazenda mista, de gado e produtora de manteiga e queijo (tipo Minas), 3) a fazenda de gado para corte, e 4) o pequeno proprietário ou arrendatários produtores de alimentos. Um quinto tipo —que não merece propriamente o título de estabelecimento conforme o próprio autor— é proposto para enfeixar o pequeno produtor de subsistência, o “roceiro”, originalmente agregado, dependente ou quase-servo; trata-se de indivíduos que vivem em pequenas porções de terra, por êles próprios cultivadas, mas que não são de sua propriedade. A êsses indivíduos chama de “camponeses marginais” (marginal peasant). O empirismo dessa tipologia, se não nos oferece critérios mais refinados para a análise do campesinado no Brasil, indica-nos ao menos a procedência da aplicação do conceito de camponês (marginal) a uma larga faixa da sociedade rural indígena e não-indígena. Mas nenhuma das tipologias dá conta inteiramente do campesinado no Brasil e, particularmente, do que chamamos de campesinado indígena.

Tomemos, por exemplo, os *Terêna* do sul de Mato Grosso, os *Kaingang* do Paraná, de S. Paulo ou de Santa Catarina, os *Maxakali* da região do rio Jequitinhonha em Minas Gerais, os *Potiguara* da Paraíba,

no nordeste, os *Makuxi* do Roraima, entre outros, como objeto de pesquisas recentemente concluídas ou em processo de execução por nossos colaboradores ou antigos estudantes.¹³ Os estudos desses grupos indígenas feitos do ponto de vista da fricção interétnica oferecem evidências tais que nos permitem classificá-los como comunidades campesinas. Guardam em comum um conjunto de características que tornam secundárias as diferenças culturais, i.e., de cultura tribal, que ainda sobrevivem. Algumas dessas características, provavelmente as mais gerais, permitem-nos contrastar com resultados bastante sugestivos —o campesinado indígena brasileiro com a modalidade talvez a mais difundida de campesinado indígena na Mesoamérica. Nesta os índios articulam-se com os ladinos através de relações comerciais colocando no mercado o excedente de sua produção. Referindo-se particularmente aos *Maia* do México e da Guatemala, Stavenhagen escreve que “o índio participa nessas relações (interétnicas) como produtor e consumidor; o ladino sempre é comerciante, o intermediário, o credor. A maioria dos índios entra em relações econômicas e sociais com os ladinos ao nível da atividade comercial, não no nível do trabalho assalariado. São justamente as relações comerciais as que ligam o mundo indígena com a região sócio-econômica a que está integrado, e com a sociedade regional, assim como com a economia mundial”.¹⁴ No Brasil, embora caiba dizer que o índio não está totalmente imune à economia mundial, tal se dá pelo único fato de seus territórios conterem especiarias florestais ou abrigarem empresas alienígenas (“plantations”, fazendas agro-pastoris, minérios, etc.), cujos produtos são afetados pelo mercado internacional. Mas em absoluto são os bens produzidos pelos camponeses indígenas os responsáveis por sua inserção numa economia que transcenda sequer a escala local.¹⁵ Sua inserção no mercado local e regional, tem lugar através de sua participação no mercado de trabalho, significando isso que o índio se relaciona com o regional ao nível do trabalho em suas mais diferentes modalidades, e não apenas na forma assalariada.

Dois outros aspectos também podem ser comparados e contrastados. Um é a posse e o uso da terra, outro a dependência ou a independência do índio campesino na organização de sua economia e de sua vida social. Com relação ao primeiro aspecto, pode-se dizer que o camponês indígena mesoamericano tende a gozar da propriedade individual da terra¹⁶ e a utiliza como meio de produção, interessado em colocar seus produtos no mercado; o camponês indígena no Brasil tem a posse comunal da terra (não possui a propriedade, pois esta é do Governo Federal) e a utiliza basicamente para seus roçados de subsistência e como “terra de moradia”, entendendo-se por isso utilizar-se de sua terra como território tribal a fim de permitir a persistência do grupo enquanto

unidade comunitária. Além do mais, as terras indígenas quando são de todo espoliadas dos grupos tribais, usufruem do estatuto de “reserva”, o que quer dizer, em termos da política indigenista oficial, constituem territórios de populações “tuteladas”, cujos indivíduos — enquanto índios — não têm as prerrogativas do cidadão comum e são considerados “menores” diante da Lei. Esse aspecto confere uma dependência quase absoluta do índio ao alienígena, representado pelo órgão governamental, a Fundação Nacional do Índio, dirigida pelo Ministério do Interior. Na Meso-América, as comunidades indígenas aparentam ter uma autonomia que não se observa no Brasil, posto que “o govêrno comunitário está nas mãos das autoridades indígenas chamadas *principais*, que são chefes de famílias e de linhagens que lograram um prestígio particular devido aos serviços prestados à comunidade e por vêzes aos poderes sobrenaturais que lhe são atribuídos por outros membros da comunidade”.¹⁷ Nos grupos indígenas do Brasil, especialmente naqueles classificáveis como camponeses, a chefia via de regra está nas mãos de prepostos da Fundação Nacional do Índio, cuja qualificação para o cargo prende-se mais à sua eficácia na transmissão de ordens provindas dos Encarregados de Postos e da fiscalização de seu cumprimento, do que pela confiança que possam merecer de seus pares. Mesmo quando êstes podem escolher seu *tuxáua* ou “capitão”, o escolhido pode não ter sua autoridade reconhecida pelo órgão assistencial. A rigor, cabe dizer que êsses grupos indígenas participam do status de “nações ocupadas” e seus indivíduos o de cidadãos de “segunda classe”.

A preocupação de contrastar essas formas polares de atualização da sociedade camponesa na América Latina justifica-se — a meu ver — diante da necessidade de construirmos um modelo bastante geral que permita explicar, por meio de um certo jôgo de permutações, a variedade empírica de sociedades camponesas. O modelo aqui proposto não passa de uma mera tentativa, uma vez que minhas investigações e de meus colaboradores¹⁸ ainda estão se desenvolvendo. Contudo, parece-me oportuno divulgar essa formulação preliminar do modelo numa Seção destinada à “Sociologia e Antropologia das Populações Indígenas e Camponesas”, por quanto muito nos beneficiaremos do diálogo com nossos colegas latino-americanos. Esquemáticamente, o modelo consiste de dois tipos extremos, indicados respectivamente com as letras A e B.

*A**B*

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1) Posse comunal da terra e uso | 1') Propriedade individual da terra e seu emprêgo para produção de excedentes |
| 2) Mercado de mão-de-obra | 2') Mercado de bens (comércio local ou regional) |
| 3) Dependência política | 3') Independência política |

É necessário esclarecer que as relações perpendiculares internas aos modelos, i.e., entre 1), 2) e 3) e entre 1'), 2') e 3'), constituem um foco especial de análise, uma vez que são elas que configuram efetivamente a dinâmica social de interêsse primordial da investigação. Horizontalmente, a saber, entre um e outro tipo, há um “gradient” em que sempre se poderá situar as sociedades campesinas concretas. Mais próximo do tipo *A* estão os remanescentes tribais do Brasil, enquanto mais próximas do tipo *B* estariam as sociedades *Maya* da Meso-América. O que não significa que não se possa encontrar empíricamente sociedades campesinas indígenas que apresentem características divergentes daquelas constitutivas do tipo que com maior frequência pode ser encontrado no Brasil ou na Meso-América. Um modelo dessa natureza, destinado ao estudo da ordem rural no Brasil (e não apenas indígena) foi construído por um dos mais eficientes membros¹⁹ da equipe de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e vem demonstrando sua fecundidade na investigação comparada de diferentes categorias sociais, desde o camponês mais tradicionalista até o proletário rural mais modernizado. Nesse modelo —que não cabe aqui mais do que esta referência— o campesinado indígena, no modo como se manifesta no Brasil, não seria outra coisa que um sub-tipo do campesinado brasileiro.

Como conclusão pode-se dizer que a instrumentalização da noção de campesinado na pesquisa dos remanescentes indígenas do Brasil representará uma revalorização dessas “sociedades parciais”, geralmente postas de lado pelo etnólogo interessado nas “culturas tribais” ou pelo sociólogo devotado ao estudo da sociedade nacional. Uma linha de produção de pesquisas destinadas à descrição e à análise comparativa das sociedades campesinas indígenas também contribuirá para uma avaliação da política indigenista oficial, na medida em que a noção de campesinado indígena integra a “questão indígena” na problemática nacional, já agora como uma “questão agrária”. Sugere, outrotanto, que o indigenismo oficial, em quanto ideologia política, tenderá a se esvaziar e, quem sabe, ser substituído por uma perspectiva mais globalizante

susceptível de tratar o remanescente indígena como um tipo particular de camponês.

¹ *Les Populations Aborigènes: Conditions de vie et de travail des populations autochtones des pays indépendants*. Etudes et Documents, Nouvelle Serie n° 35, Genève, 1953.

² Steward, Julian H. (Editor), *Handbook of South American Indians*, Bureau of American Ethnology, Smithsonian Institution, Bulletin 143, Washington, 1946-1959.

³ Steward, J. H., *op. cit.*, vol. I.

⁴ O.I.T., *op. cit.*, p. 240.

⁵ A O.I.T., através do citado documento, parece criar uma categoria específica para os índios assistidos pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios, hoje Fundação Nacional do Índio, distinguindo-os dos "silvícolas" (que considera "populações inacessíveis") e dos "marginais" (*op. cit.*, 236-240).

⁶ Wagley, Charles e Galvo, Eduardo, *The Tenetehara Indians of Brazil: a Culture in Transition*, Columbia University Press, 1949; James B. Watson, *Cayua Culture Change: A study in Acculturation and Methodology*, American Anthropological Association, vol. 54, n° 2, Part 2, 1952; Fernando Altenfelder Silva, "Mudança Cultural dos Terena", in *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. III, S. Paulo, 1949; Egon Schaden, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, Boletim n° 188, Antropologia n° 4, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, S.P., 1954. Essas são as monografias mais expressivas. Acrescente-se ainda um ensaio avaliativo da bibliografia sobre o contato e a mudança cultural, escrito por Egon Schaden e que contém algumas análises do autor sobre dados colhidos de primeira mão de índios Guarani e do Xingu ("Aculturação Indígena", *Revista de Antropologia*, nos. 1 e 2, S. Paulo, 1965).

⁷ Cardoso de Oliveira, Roberto, *O Índio e o Mundo dos Brancos: A situação dos Tukuna do Alto Solimões*, Difusão Europeia do Livro, S. Paulo, 1964; Roque de Barros Laraia & Roberto Da Matta, *Índios e Castanheiros: A empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins*, Difusão Europeia do Livro, S. Paulo, 1967; Julio Cezar Melatti, *Índios e Criadores: A situação dos Kraho na Área Estoril do Tocantins*, Monografias do Instituto de Ciências Sociais, n° 3, Rio de Janeiro, 1967. Embora os livros sobre os Terena, de Roberto Cardoso de Oliveira — *O Processo de Assimilação dos Terena*, Museu Nacional, Série Livros I, Rio de Janeiro, 1960, e *Urbanização e Tribalismo: A integração dos índios Terena numa Sociedade de Classes*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968 — não empreguem sistematicamente o conceito de fricção interétnica, a perspectiva adotada é basicamente sociológica. Sobre uma discussão mais ampla da noção de fricção interétnica ver do autor, "Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma metodologia", in *América Indígena*, xxviii, n° 2, México, 1968.

⁸ Cf. C. de Oliveira, R., "El desarrollo de los grupos silvícolas del Brasil", in *Anuario Indigenista*, vol. xxviii, México, 1968. Nesse Informe dou uma cifra aproximada dos grupos "isolados" e discuto sua não-inserção em sistemas interétnicos. Numa outra oportunidade, no *Síposium* promovido pela Wenner-Gren Foundation, realizado no Burg Warstein, na Austria, e denominado "The Ongoing Evolution of Latin American Populations", volto ao problema discutindo-o de modo mais profundo e em colaboração com Luiz de Castro Faria ("Interethnic Contact and the Study of Populations", agosto de 1969).

⁹ C.A. Velho, Otávio Guilherme, "Análise Preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira", in *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, vol. 4, n° 1, Rio de Janeiro, 1967; do mesmo autor, "O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro", in *América Latina*, ano 12, n° 1, Rio de Janeiro, 1969; ainda do mesmo autor, "Camponeses e Proletário no Campo Brasileiro", MS, arquivado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da U.F.R.J., instalado na Divisão de Antropologia do Museu Nacional.

¹⁰ Entre outros que tendem a definir o camponês como o pobre do campo, ver George M. Foster, "Peasant Society and the Image of Limited Good", in *Peasant Society: a Reader* (ed. Potter, Diaz & Foster), Little, Brown and Co., Boston, 1967.

¹¹ Wolf, Eric. R., "Types of Latin American Peasantry: A preliminary discussion", in *American Anthropologist*, 57, 1955, pp. 452-71. Tb. in *Tribal and Peasant Economies, Readings in Economic Anthropology* (Ed. George Dalton), The Natural History Press, N.Y., 1967.

¹² Oberg, Kalervo, "The Marginal Peasant in Rural Brazil", in *American Anthropologist*, 67, n° 6, Part 1, 1965.

¹³ Tirante os Terêna, estudados pelo autor (cf. nota 7), os *Kaingang* do Paraná estão sendo pesquisados por Cecília Vieira Helm, os de Santa Catarina e os *Xokleng* por Silvio dos Santos Coelho, os *Maxakali* foram estudados por Marcos Magalhães Rubinger e Maria Stella Amorim, os *Makuxi* por Edson Diniz e os *Potiguara* por Paulo Marcos Amorim. Pesquisadores de diferentes instituições científicas, formularam seus projetos de pesquisa durante estágios na Divisão de Antropologia do Museu Nacional e no âmbito de nossos programas de investigação.

¹⁴ Stavenhagen, Rodolfo, "Clases, colonialismo y aculturación: Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica", in *América Latina*, ano 6, n° 4, Rio de Janeiro, 1963, p. 80.

¹⁵ Como exceção à regra talvez possa se indicar os *Kaingang* do Rio Grande do Sul, produtores de trigo e milho e organizados por Postos Indígenas instituídos já pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios como empresas agrícolas.

¹⁶ Cf. Stavenhagen, Rodolfo, *Essai Comparatif sur les classes sociales rurales et la stratification dans quelques pays sous-développés* (these de 3ème Cycle, Université de Paris), juillet, 1964, ed. mimeog., esp. pp. 270-285.

¹⁷ Stavenhagen, Rodolfo, *op. cit.* (1964), p. 300.

¹⁸ Cf. nota 13. São pesquisadores que em diferentes ocasiões cooperaram com esse estudo.

¹⁹ Cf. Velho, Otávio, "Camponeses e Proletários no Campo Brasileiro", *cit.*